

## PDS apóia projeto Lobão mas não aceita Brasília com representação política

**Brasília** — O PDS encampou o projeto do Deputado Edison Lobão (MA) que permite o eleitor de Brasília escolher o Estado em cujos candidatos ao Senado, Câmara e Governo queira votar, mas não aceita que a Capital possa eleger sua Assembléia Legislativa nem sua representação política no Congresso, como vem sendo pleiteado, desde 1960, por mais de 30 projetos.

A experiência, a partir de 1977, com a eleição de prefeitos nas superquadras para defenderem os interesses das comunidades junto à administração do Distrito Federal, estimulou o brasiliense a lutar pelo direito ao voto, em cuja campanha estão hoje engajadas mais de 60 entidades, que já discutem inclusive sobre os possíveis candidatos à Câmara e Senado.

### DE SANTIAGO A COLARES

Os primeiros projetos sobre eleições em Brasília foram apresentados, em 1960, logo depois da fundação do Distrito Federal, pelos então Deputados Santiago Dantas e Accioly Filho. De lá para cá, mais de 30 proposições tramitaram nas duas Casas, incluindo entre elas o projeto do Senador Catete Pinheiro, em 1978, que, diferente dos demais, pleiteava uma representação do Distrito Federal apenas para o Senado.

Observa hoje o Senador Itamar Franco (PMDB-MG) que tem sido o Senado (com a sua comissão do Distrito Federal) praticamente o único legislador de Brasília, com seus 1 milhão e 200 mil habitantes e um orçamento estimado em Cr\$ 25 bilhões, para 1981. O Senador é autor de dois projetos, ambos rejeitados, pleiteando eleições no Distrito Federal. Com experiência própria, ele argumenta que os senadores se preocupam mais com seus Estados, suas regiões. Além disso, na condição de 3º secretário da Mesa, reconhece que é frágil a estrutura de fiscalização do Senado.

O último projeto em tramitação é do Deputado Alceu Colares, secretário-geral do PDT, que pleiteia eleições para uma Assembléia Legislativa e representações na Câmara e Senado. Em março deste ano, foi arquivado, por falta de quorum, proposta idêntica do Senador Itamar Franco e Deputado Eplácio Cafeteira. Votaram ainda 177 a favor e dois contra, mas o quorum qualificado exigia a presença da metade e mais um de cada Casa do Congresso.

As oposições culpavam o PDS, mas o vice-líder Edison Lobão devolveu a culpa às oposições que não colocaram em plenário seus 210 parlamentares.

### EXPERIÊNCIA ESTIMULOU

cidiram desencadear uma campanha mais ostensiva pelo direito ao voto no Distrito Federal. Compareceram ao Senado com faixas e cartazes e, ultimamente, se reuniram num comitê que passou a promover concentrações públicas com a participação inclusive de líderes e dirigentes políticos.

De uma dessas concentrações — a primeira da série programada pelo comitê e seus subcomitês nas cidades satélites — participaram os presidentes do PMDB, PP, PDT e PT, no último dia 23, em frente à Associação Comercial, no Setor Comercial-Sul (Plano Piloto). A polícia chegou ao local, com ordem de proibir o comício, quando o presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, estava discursando para um grupo de cerca de 500 pessoas. Eles querem pressionar o Congresso a aprovar o projeto do Deputado Alceu Colares, que está em tramitação na Câmara, propondo eleições em Brasília para Assembléia Legislativa e representações no Senado e Câmara Federal.

O presidente da Associação Comercial, Sr Lindberg Aziz Cury, já é apontado como candidato ao Senado. Ele é um dos principais líderes do movimento.

### PESO ELEITORAL

Segundo levantamento feito pela Associação Comercial, Brasília tem 500 mil eleitores. Segundo o Senador Itamar Franco, só a cidade satélite de Taguatinga é maior demograficamente do que 720 dos 722 municípios mineiros. O Senador Henrique Santilo, do PMDB de Goiás, disse que Taguatinga só não é maior do que Goiânia, a Capital do seu Estado, juntamente com outra cidade, satélite vizinha, Cellândia (Sul e Norte), lá a Associação Comercial calcula que Taguatinga (também Sul e Norte) tenha mais de 600 mil habitantes. Nessa área se concentra a maior população de emigrantes

Mas enquanto o Congresso não conseguia assegurar ao brasiliense o direito de escolher seus representantes políticos, as populações procuravam estimular essa prática eleitoral, embora de maneira não oficial, como os pleitos permitidos pela Justiça Eleitoral. O importante era executar o voto. Essa idéia se materializou primeiramente na SQS-303, em 1977, uma quadra de funcionários do Banco do Brasil. Ali, o funcionário Márcio Coutrin conseguiu motivar os moradores e se elegeu o primeiro prefeito da Superquadra.

Tudo era mais livre — sem sublegenda nem vinculações de voto — e o compromisso do prefeito eleito era o de administrar os interesses da comunidade, representando-a, em todos os seus problemas e reivindicações, junto ao Governo do Distrito Federal. A prefeitura mantinha inclusive um cadastro de serviços, para atender aos moradores que participavam, se quisessem, com pequena contribuição mensal destinada à formação de um fundo para o custeio de algumas despesas da administração.

A idéia contagiou o brasiliense e se estendeu a outras quadras. Em 1978, as "Prefeituras" foram instaladas nas SQS-404 e SQN-312 (nas duas Asas: Sul e Norte) do Plano Piloto, agora já com o sentido mais amplo de associação. Daí em diante se estendeu ao Lago Sul e Norte e às quadras das próprias cidades-satélites. Na SQS-108, uma das primeiras de Brasília, houve disputa cerrada entre candidatos, com a apresentação de plataformas administrativas e eleições concorridas entre os moradores: faixas, concentrações e foguetório na apuração das urnas.

O Governo do Distrito Federal, não muito simpático à idéia no seu nascedouro, terminou aceitando posteriormente. Os "Prefeitos" eram recebidos pelo Governador e seus Secretários e a SQS-303 chegou inclusive a lançar o seu jornalzinho — o "Trezentos" — dando informações sobre os problemas da comunidade e a atuação do seu "Prefeito".

### AGORA, DE VERDADE

Sensibilizadas com o êxito dessas "Prefeituras", que conseguiram pelo menos manter as quadras limpas, ajardinadas e bem iluminadas, entidades de classes como a Associação Comercial, a OAB-Regional, Sindicatos e Associações de Bairros de

nordestinos, goianos e mineiros da zona rural.

O eleitor inscrito em Brasília não pode votar. Podem aqueles que não transferiram seus títulos eleitorais. São as chamadas colônias dos Estados que votam nos pleitos para Senador e Deputado federal de seus respectivos Estados, ou onde permanecem inscritos, menos no Distrito Federal. O Rio de Janeiro foi o que deu, nas eleições passadas, maior número de eleitores. No Nordeste foram o Ceará e o Piauí. Ao atingir, porém, os 21 anos, Brasília tem hoje o seu eleitorado próprio. Só universitários são cerca de 30 mil. A população vive toda praticamente do setor do serviço e cerca de 70% dela, segundo os cálculos do 1º Secretário da Câmara, Deputado Furtado Leite, é constituída de funcionários públicos. É, portanto, um eleitorado esclarecido.

### PDS CRIA COMITÊS

O PDS resiste à idéia de Brasília ter sua representação política justificando que ela custaria muito caro para o Governo. O Senador Itamar Franco diz que esse aumento de despesas será automaticamente compensado pelo apoio e fiscalização que funcionarão em cima da administração.

Como saída, o Partido do Governo, através do seu vice-líder Edison Lobão, apresentou um projeto que diz no seu artigo 1º: "Os eleitores inscritos no Distrito Federal votarão nas eleições para governador de Estado, senador e Deputado federal realizadas nas demais unidades da Federação."

A Associação Comercial não se satisfaz com a proposta, por entender que ao brasiliense, ou mesmo ao emigrante que tem seus filhos em Brasília, interessa escolher seus representantes no Distrito Federal. O vice-líder Edison Lobão mostrou seu projeto como uma resposta do Partido à queixa de não poder votar.

O Comitê pelo Voto no Distrito Federal não aceita as limitações e lidera, juntamente com a OAB e a Associação Comercial, uma campanha de esclarecimento, usando para isso os dirigentes das oposições. Apesar disso, o PDS pretende convencer o brasiliense de que seu projeto já atende, em parte, suas reivindicações, cuidando, para tanto, de instalar também comitês e subcomitês nas comunidades das cidades satélites.